



**COMUNICAÇÃO DE COMPROMETIMENTO (COMMUNICATION ON  
ENGAGEMENT, COE)**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CONSELHO FEDERAL**

**Período coberto por esta comunicação de comprometimento**

**De:** fevereiro de 2022

**Até:** outubro de 2023

**Parte I. Declaração de suporte contínuo do diretor executivo ou equivalente**

Brasília, 31 de outubro de 2023

Para as partes interessadas:

É com orgulho que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), signatário do Pacto Global, reforça seu compromisso com a disseminação dos dez princípios do Pacto Global, relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção, e dos ODS's.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição cujos objetivos vão além da fiscalização e da orientação ao exercício da advocacia no Brasil, tem como função atuar em “defesa da Constituição Federal, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, da justiça social e pugnar pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas”, nos termos do art.º44, I, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

E nesse sentido, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem a honra de abraçar a causa do Pacto Global da ONU com ações e divulgação de sua importância.

O presente relatório tem por objetivo apresentar o engajamento e comprometimento do CFOAB por meio de seus trabalhos e projetos desenvolvidos em atenção ao compromisso com o Pacto Global da ONU.

Este relatório divulga ações que vem sendo desenvolvidas pelo CFOAB que demonstram o avanço e incentivo ao cumprimento e divulgação dos 17 ODS do Pacto Global da ONU.



**José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral**

**Presidente do Conselho Federal da OAB**

## **Parte II. Descrição das ações**

Em abril de 2023, o Conselho Federal da OAB (CFOAB) divulgou recomendação direcionada ao Sistema OAB e a todos os escritórios do país, com uma série de medidas de combate aos efeitos das mudanças climáticas. Entre as medidas sugeridas às seccionais, estão a busca por participação ativa nos processos de elaboração legislativa relacionadas às mudanças climáticas, a adoção de medidas judiciais visando normas e condutas lesivas ao meio ambiente e divulgação periódica de informações de conscientização aos advogados. Além disso, o documento também cita recomendações específicas para sociedades de advogados com faturamento anual de mais de R\$ 10 milhões. Nesse caso, o objetivo seria a redução das emissões diretas e indiretas de gases do efeito estufa relacionadas à atuação profissional. Entre as atitudes proativas que podem ser tomadas, estão a promoção de "atividades pro bono que permitam o acesso à Justiça para pessoas físicas e jurídicas, sem capacidade financeira e afetadas negativamente pela crise climática". A recomendação pode ser conferida na íntegra no site da OAB.

Em agosto de 2023, o Conselho Federal da OAB, por meio de sua Comissão Especial Brasil/ONU de Integração Jurídica e Diplomacia Cidadã para Implementação

dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, realizou o WEBINÁRIO - FOME, SEGURANÇA ALIMENTAR, NUTRIÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL no dia 30, das 09h00 às 18h00.

Em dezembro de 2022, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de sua Subcomissão de Assuntos Internacionais em Direitos Humanos, realizou o evento "Direitos Humanos, Democracia e Advocacia" no dia 15, das 14h às 18h00. O evento discutiu temas de relevância para a advocacia internacional e suas atuações relacionados aos Direitos Humanos, também contou com a participação e parceria da União Internacional de Advogados - UIA, entidade da qual o CFOAB é membro coletivo e que congrega advogados do mundo inteiro.

Em novembro de 2022, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil realizou reunião de instalação do grupo de trabalho sobre a mulher advogada do Fórum para o ODS 16 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU) do Banco Mundial. A reunião contou com a presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, Cristiane Damasceno, e com o vice-presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais e representante da OAB no Fórum para a ODS 16 do Banco Mundial, Bruno Barata. O objetivo do grupo foi desenvolver projetos nos quais a OAB já estava trabalhando para as mulheres advogadas e, em conjunto, traçar um plano em comum para apresentar em Brasília, no Fórum, no dia 13 de fevereiro de 2023, reunindo diversas ordens de advogados e entidades jurídicas de todo o mundo. Também estavam presentes a presidente do Comitê das Mulheres da União Internacional de Advogados (UIA), Elisabeth Sioufi, da integrante da Inter-American Bar Association (IABA), Lizzette Robleto de Howarth, a assistente de Projetos sobre Direitos Humanos e Advocacia do Instituto da União Internacional de Advogados para o Estado de Direito (UIA-IROL), Romina Bossa Abiven, e a advogada do Banco Mundial Daniela Dyer Melhado.

Em setembro de 2022, o Conselho Federal da OAB participou do debate sobre o futuro do direito ao trabalho em um contexto de intensas mudanças climáticas, durante a 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas(ONU), na terça-feira (27/9). Em vídeo enviado à CDH, o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, defendeu a necessidade de promover uma economia sustentável sintonizada com as garantias fundamentais do trabalhador.

Em novembro de 2022, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) participou da 17ª edição do Fórum sobre Governança da Internet (IGF), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Adis Abeba (Etiópia), entre 28 de novembro e 2 de dezembro. O encontro teve como tema a internet resiliente para um futuro comum e sustentável compartilhado. O CFOAB foi representado, durante o painel "Fórum Aberto sobre Estabelecimento de Normas Técnicas e Direitos Humanos" na terça (29/11), pelo integrante da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Joelson Dias. O advogado falou da importância do IGF e do impacto das novas tecnologias sobre os direitos humanos. "O IGF tem se constituído em um importante fórum multissetorial para avaliação do impacto das novas tecnologias sobre os direitos humanos, como liberdade de expressão e privacidade, e segmentos sociais historicamente vulnerabilizados em seus direitos como as mulheres, pessoas negras, população LGBTQIA+ e as pessoas com deficiência."

Em maio de 2023, o Conselho Federal da OAB esteve, na sexta-feira (12/5/2023), em reunião com a Organização das Nações Unidas (ONU) para estreitar laços entre as instituições para ampliar a atuação da OAB Nacional para a contribuição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em março de 2023, o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, participou virtualmente da 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça, na terça-feira (14/3/2023). No painel que abordou o tema "Combate ao Terrorismo", ele apresentou um panorama do Brasil, destacando os pilares que mantêm a democracia e a harmonia social.

Em junho de 2023, o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, participou de forma virtual da 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), em Genebra. Na quinta-feira (30/6/2023), ele proferiu fala no Diálogo Interativo com a Relatora Especial para a Independência de Juízes e Advogados da ONU, Margaret Satterthwaite. Levando uma mensagem de união e fortalecimento das profissões jurídicas, a fala do presidente compôs o debate que contou com a participação de representantes de vários países.

Em junho de 2023, O presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB Nacional, Emerson Damasceno, e o membro da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Joelson Dias, participaram da 16ª

sessão da Conferência de Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da Organização das Nações Unidas (ONU). O evento ocorreu entre os dias 13 e 15 de junho, na sede da instituição, em Nova York, nos Estados Unidos. Durante o evento, foram discutidos temas como a harmonização de políticas e estratégias nacionais com a CDPD, igualdade de acesso, acessibilidade aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e acessibilidade digital para pessoas com deficiência.

Em agosto de 2023, o Conselho Federal da OAB, por meio de sua Comissão Especial de Direito Urbanístico, promoveu, entre 31 de agosto e 1º de setembro, das 9h às 18h, o 2º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico da OAB Nacional, que teve como tema central a discussão sobre a "Dignidade da Pessoa Urbana". O evento trouxe grandes especialistas da área, que discutiram a temática parte de diferentes perspectivas da realidade urbana brasileira. O foco desta segunda edição do Congresso foi de abordar todos os painéis do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)11. A abertura do evento contou com a participação da ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia.

Em agosto de 2022, a Comissão Nacional de Relações Internacionais (CRIN) realizou sua primeira reunião. O tema dos direitos humanos teve grande destaque no encontro, em especial a questão do direito de reagrupamento familiar, que tem sido negado a imigrantes, sobretudo a haitianos residentes no Brasil.

Em março de 2023, o Conselho Pleno da OAB aprovou, na segunda-feira (13/3/2023), proposta de alteração do Estatuto da Advocacia da OAB (Lei n. 8.906/1994), apresentada pela Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA), presidida pela conselheira federal Cristiane Damasceno, da OAB-DF. A sugestão de projeto de lei, que será enviada ao Congresso Nacional, inclui no rol de infrações éticas descrito no artigo 34 da lei o assédio moral e sexual contra a mulher, com pena prevista de suspensão.

Em abril de 2023, a proposta que visa à alteração do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994), incluindo o assédio moral e sexual no rol de infrações com pena de suspensão, foi protocolada na Câmara dos Deputados. Sugerido pela Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA) e apresentado pela deputada e advogada Laura Carneiro (PSD-RJ), o Projeto de Lei 1.852/2023 inclui a discriminação na lista de condutas passíveis de punição. A presidente da CNMA, Cristiane Damasceno, ressaltou que a medida alinha a Ordem às metas da Agenda 2030 da ONU.

Em março de 2023, representantes da Forest Stewardship Council Indigenous Foundation (FSC-IF) estiveram no Conselho Federal da OAB para dialogar sobre o apoio da entidade ao Programa de Bolsas para Indígenas (Indigenous Fellowship Programme). o “Programa de Bolsas Indígenas de Língua Portuguesa” objetiva formar novas lideranças indígenas e quilombolas para debater soluções às crises do clima e da biodiversidade. O presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti; o vice-presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais, Bruno Barata; e a secretária da Comissão, Letícia Perrone Campos Mello receberam o oficial de Direitos Humanos no Departamento de Estado de Direito, Igualdade e Não Discriminação do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Morse Caoagas Flores; o fellow sênior da Seção dos Povos Indígenas e Minorias do ACNUDH, Joanderson de Almeida; e o chefe da Seção, Herman Vales.

Em junho de 2023, a OAB integrou debate internacional sobre mudanças climáticas na Alemanha. Para representar o Conselho Federal da OAB no debate sobre questões relacionadas à agenda ambiental global, a secretária da Comissão Nacional de Relações Internacionais (CRIN), Letícia Perrone Campos Mello, participou da Conferência de Mudanças Climáticas da ONU. O evento foi realizado em Bonn, na Alemanha, entre 5 e 15 de junho. Durante o encontro, Letícia Perrone Campos Mello foi uma das palestrantes do evento paralelo “O papel dos advogados e das ordens de advogados no Balanço Global do Acordo de Paris: Implementação a nível nacional”, organizado pela International Bar Association (IBA) e coorganizado pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela American Bar Association (ABA). Em junho de 2022, na 50ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, defendeu a realização de campanhas de conscientização e parcerias entre instituições nacionais e internacionais de forma a globalizar a discussão e especificar as ações contra a desinformação.

Em julho de 2023, foi realizada uma reunião online com a Relatora Especial da ONU, Reem Alsalem. O convite foi direcionado às organizações da sociedade civil, com o intuito de oferecer apoio no combate à violência contra todas as mulheres e meninas no Brasil. Dra. Cristiane Damasceno participou da reunião, representando assim o CFOAB.

O CFOAB também tem realizado eventos relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Segue abaixo uma lista com a relação de eventos de ligados ao ODS6 (ÁGUA E SANEAMENTO):

25.05.2023 DIREITO E SANEAMENTO: RESGATE DO DEBATE NO SETOR

15.06.2023 DIREITO E SANEAMENTO: A ADVOCACIA NO NOVO MARCO DO SANEAMENTO

22.06.2023 DIREITO E SANEAMENTO: DIREITO A REEQUILÍBRIO DO PRESTADOR EM CONTRATOS NO SETOR DE SANEAMENTO

10.08.2023 DIREITO E SANEAMENTO: OS NOVOS DECRETOS DE SANEAMENTO PELA PERSPECTIVA DO PRESTADOR DO SERVIÇO

24.08.2023 DIREITO E SANEAMENTO: A POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO NO ÂMBITO DO MARCO REGULATÓRIO DO SETOR

14.09.2023 DIREITO E SANEAMENTO: DEBATES JURÍDICOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DE MANEJOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ATERROS SANITÁRIOS

28.09.2023 DIREITO E SANEAMENTO: IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO SANEAMENTO BRASILEIRO

19.10.2023 DIREITO E SANEAMENTO: REGIONALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

O CFOAB também tem realizado eventos relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Segue abaixo uma lista com a relação de eventos de ligados aos ODS 12, 13 e 15:

18.05.2022 JUSTIÇA CLIMÁTICA EM DEBATE

25.08.2022 III ENCONTRO NACIONAL DE ADVOCACIA EMPRESARIAL AMBIENTAL

13.09.2022 DIREITO AMBIENTAL TRIBUTÁRIO

09.02.2023 ENCONTRO SOBRE LITÍGIOS CLIMÁTICOS NO BRASIL

22.03.2023 II ENCONTRO DE DIREITO AMBIENTAL TRIBUTÁRIO - A REFORMA TRIBUTÁRIA EM FACE DO DIREITO AMBIENTAL TRIBUTÁRIO

05-06.06.2023 DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE 2023 - 1º ENCONTRO INTERNACIONAL E 4º ENCONTRO NACIONAL DE ADVOCACIA EMPRESARIAL AMBIENTAL

09.08.2023 CÓDIGO FLORESTAL-LEI 12651/12 E SUA INTERPRETAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

09.10.2023 25 ANOS DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

O CFOAB também tem realizado eventos relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Segue abaixo uma lista com a relação de eventos de ligados ao ODS 4 (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE):

26.04.2022 DIÁLOGO DA OAB COM PROFESSORES, ALUNOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

TEMA: A REDEFINIÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS A PARTIR DOS DIREITOS DOS QUILOMBOLAS, REFUGIADOS E INDÍGENAS

25.05.2022 DIÁLOGO DA OAB COM PROFESSORES, ALUNOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

TEMA: EXAME DE ORDEM E AS SUAS PRINCIPAIS MUDANÇAS

28.06.2022 DIÁLOGO DA OAB COM PROFESSORES, ALUNOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR TEMA: A VIOLÊNCIA EM FACE DA MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO

26.08.2022 DIÁLOGO DA OAB COM PROFESSORES, ALUNOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR TEMA: OS DESAFIOS DO ESTUDANTE DE DIREITO APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO

27.09.2022 DIÁLOGO DA OAB COM PROFESSORES, ALUNOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR TEMA: INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS JURÍDICOS



O CFOAB também tem realizado eventos relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Segue abaixo uma lista com a relação de eventos de ligados ao ODS 5 (IGUALDADE DE GÊNERO):

29.03.2023                    A UTILIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

### **Parte III. Medição de resultados**

Com o intuito de promover a conscientização a respeito dos ODS, a Escola Superior de Advocacia Nacional do CFOAB atualmente oferta os seguintes cursos:

#### **CURSOS GRATUITOS**

##### **PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Público Alvo: Bacharéis em direito, advogados, professores de direito e afins.

Carga Horária: 2 horas.

Corpo Docente: William Rocha

<https://esa.oab.org.br/home/course/protecao-de-dados-pessoais/108>

##### **INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA**

Público Alvo: Bacharéis em direito, advogados, professores de direito e afins.

Carga Horária: 2 horas.

Corpo Docente: Guilherme Calmon.

<https://esa.oab.org.br/home/course/introducao-ao-direito-de-familia/110>

##### **DESJUDICIALIZAÇÃO E O FUTURO DA ADVOCACIA**

Público Alvo: Bacharéis em direito, advogados, professores de direito e afins.

Carga Horária: 2 horas.

Corpo docente: Renata Cortes

<https://esa.oab.org.br/home/course/desjudicializacao-e-o-futuro-daadvocacia/105>

##### **VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER**

Público Alvo: Advogadas; professoras; pesquisadoras; público em geral interessado na matéria e demais operadores do direito.

Carga Horária: 6 horas.

<https://esa.oab.org.br/home/course/violencia-politica-contr-a-mulher/292>

##### **PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS FAMILIARES**

Público Alvo: Bacharéis em direito, advogados, professores de direito e afins.

Carga Horária: 2 horas.

Corpo Docente: Fernanda Tartuce

<https://esa.oab.org.br/home/course/prevencao-e-solucao-extrajudicial-delitigios-familiares/352>

## CURSOS LIVRES

### A JUDICIALIZAÇÃO DE CASOS AMBIENTAIS BRASILEIROS EM TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

Público Alvo: Advogados e Estagiários inscritos na OAB, Bacharéis em Direito e Profissionais graduados de outras áreas.

Carga Horária: 3 horas.

Corpo Docente: Mariane Morato Stival.

<https://esa.oab.org.br/home/course/a-judicializacao-de-casos-ambientaisbrasileiros-em-tribunais-internacionais/49>

### ATUALIZAÇÃO EM DIREITO DO CONSUMIDOR

Público Alvo: Advogados praticantes e estudantes de Direito, interessados nos temas mais relevantes e contemporâneos do direito do consumidor, e na jurisprudência mais atual necessária para atuação profissional. Profissionais e servidores em geral, dos PROCONS, dos Tribunais, Mediadores e conciliadores interessados em atualização e aprimoramento de forma rápida.

Carga Horária: 6 horas.

Corpo Docente: Claudia Lima Marques.

<https://esa.oab.org.br/home/course/atualizacao-em-direito-do-consumidor/82>

### ATUALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - INTERPRETAÇÃO, CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E SEUS DIÁLOGOS

Público Alvo: Bacharelados e bacharéis em Direito, interessados em atualização na área dos Direitos Humanos, com ênfase na evolução da Teoria do Controle de Convencionalidade, diálogos na pluralidade das Ordens Jurídicas e interpretação dos Direitos Humanos.

Carga Horária: 6 horas e 30 minutos.

Corpo Docente: André de Carvalho Ramos.

<https://esa.oab.org.br/home/course/atualizacao-em-direitos-humanosinterpretacao-controle-de-convencionalidade-e-seus-dialogos/84>

### ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO DO TRABALHO

Público Alvo: Bacharéis em Direito, advocacia, membros do Judiciário e do Ministério Público do Trabalho e demais profissionais interessados(as) no tema.

Carga Horária: 10 horas.

Corpo Docente: Carlos Henrique Berreza Leite.

<https://esa.oab.org.br/home/course/atualizacao-em-processo-do-trabalho/63>

### COMPLIANCE E INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS

Público Alvo: Bacharéis em Direito, Advogados, Contadores, Auditores, Administradores e demais profissionais interessados(as) no tema.

Carga Horária: 10 horas.

Corpo Docente: Giovani Saavedra.

<https://esa.oab.org.br/home/course/compliance-e-investigacoes-corporativas/60>

### DIREITO DOS DESASTRES E TUTELAS ESTRUTURAS

Público Alvo: Advogados/as, pós-graduandos/as, graduados/as e estudantes em geral com interesse no tema.

Carga Horária: 6 horas.

Corpo Docente: Karina Denari e Thaís Temer.

<https://esa.oab.org.br/home/course/direito-dos-desastres-e-tutelasestruturais/242>

#### DIREITO PARA STARTUPS

Público Alvo: Interessados que desejam se aprofundar no aprendizado prático das relações jurídicas das startups e na prática da advocacia para este ecossistema.

Carga Horária: 6 horas.

Corpo Docente: Daniel Marques e Fábio Cendão.

<https://esa.oab.org.br/home/course/direito-para-startups/94>

#### DIREITO, PENSAMENTO CONSTITUCIONAL E DEFESA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Público Alvo: Advogados e Estagiários inscritos na OAB, Bacharéis em Direito e Profissionais graduados de outras áreas.

Carga Horária: 7 horas e 30 minutos.

Corpo Docente: Aldo Silva Arantes, Pietro Alarcon e Martonio Mont'Alverne Barreto Lima.

<https://esa.oab.org.br/home/course/direito-pensamento-constitucional-e-defesada-constituicao-de-1988/59>

#### DIVERSIDADE RACIAL E SISTEMA DE JUSTIÇA

Público Alvo: Advogados, entre outros profissionais da área do Direito, administradores, psicólogos, profissionais de recursos humanos, cientistas sociais, pesquisadores, lideranças de movimentos sociais e demais profissionais que desejam se especializar na área.

Carga Horária: 9 horas.

Corpo Docente: Silvia Cerqueira, Renato Ferreira, Valdecir Nascimento, Karla Regina Meura Silva e Gabriel de Carvalho Sampaio.

Obs.: Está inativo na plataforma, pendendo de regularização do contrato.

#### FORMAÇÃO DOCENTE: ENSINO JURÍDICO PARTICIPATIVO E INOVADOR

Público Alvo: Coordenadores e Professores da área do Direito ou profissionais, estudantes, mestrandos e doutorandos que estejam interessados em inovar no modo como o Direito é ensinado.

Carga Horária: 4 horas.

Corpo Docente: Clio Nudel Radomysler e Marina Feferbaum.

<https://esa.oab.org.br/home/course/formacao-docente-ensino-juridicoparticipativo-e-inovador/85>

#### LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ENTENDENDO E IMPLEMENTANDO

Público Alvo: Advogados, profissionais de Segurança da Informação, Computação Forense, Compliance e investigação, os Decision Makers e Opinion Makers que estejam a frente dos projetos de implantação da LGPD, Acadêmicos, Heads de Startups e empresários que queiram desenvolver soluções que envolvam a análise do grau de maturidade da Proteção de Dados e Privacidade.

Carga Horária: 8 horas.

Corpo Docente: Coriolano Camargo e Emerson Predolim.

<https://esa.oab.org.br/home/course/lei-geral-de-protecao-de-dados-entendendoe-implementando/15>

### LGPD, OS RISCOS TRABALHISTAS E O COMPLIANCE

Público Alvo: Bacharéis em Direito, Advogados (as), Contadores (as), Administradores (as), Gestores (as) de RH e demais profissionais interessados (as) no tema.

Carga Horária: 6 horas.

Corpo Docente: Maurício Pallotta.

<https://esa.oab.org.br/home/course/lgpd-os-riscos-trabalhistas-e-o-compliance/61>

### NOÇÕES PRÁTICAS DE COMPLIANCE PARA ADVOGADOS

Público Alvo: Advogados e Estagiários inscritos na OAB, Bacharéis em Direito e Profissionais graduados de outras áreas.

Carga Horária: 5 horas e 30 minutos.

Corpo Docente: Gisela Gadelha e Patrícia Godoy Oliveira.

<https://esa.oab.org.br/home/course/nocoes-praticas-de-compliance-paraadvogados/14>

### PRÁTICA EM DIREITOS SOCIAIS

Público Alvo: Advogados, pós-graduandos, graduados e estudantes em geral com interesse na litigância judicial envolvendo direitos sociais. O curso se destina aos interessados nas demandas em face do Poder Público visando à concretização de direitos sociais.

Carga Horária: 6 horas.

Corpo Docente: Julio Grostein.

<https://esa.oab.org.br/home/course/pratica-em-direitos-sociais/91>

### PROCESSO NOS TRIBUNAIS - CURSO COMPLETO

Público Alvo: Bacharéis em Direito e Advogados.

Carga Horária: 12 horas.

Corpo Docente: Luiz Alberto Gurgel de Faria, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Ney de Barros Bello Filho e Rogerio Schietti Machado Cruz.

<https://esa.oab.org.br/home/course/processo-nos-tribunais-curso-completo/7>

Em novembro de 2022, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil realizou reunião de instalação do grupo de trabalho sobre a mulher advogada do Fórum para o ODS 16 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU) do Banco Mundial. A reunião contou com a presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, Cristiane Damasceno, e com o vice-presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais e representante da OAB no Fórum para a ODS 16 do Banco Mundial, Bruno Barata. O objetivo do grupo foi desenvolver projetos nos quais a OAB já estava trabalhando para as mulheres advogadas e, em conjunto, traçar um plano em comum para apresentar em Brasília, no Fórum, no dia 13 de fevereiro de 2023, reunindo diversas ordens de advogados e entidades jurídicas de todo o mundo.

Em março de 2023, representantes da *Forest Stewardship Council Indigenous Foundation* (FSC-IF) estiveram no Conselho Federal da OAB para dialogar sobre o apoio da entidade ao Programa de Bolsas para Indígenas (*Indigenous Fellowship Programme*).

o “Programa de Bolsas Indígenas de Língua Portuguesa” objetiva formar novas lideranças indígenas e quilombolas para debater soluções às crises do clima e da biodiversidade. O presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti; o vice-presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais, Bruno Barata; e a secretária da Comissão, Letícia Perrone Campos Mello receberam o oficial de Direitos Humanos no Departamento de Estado de Direito, Igualdade e Não Discriminação do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Morse Caoagas Flores; o *fellow* sênior da Seção dos Povos Indígenas e Minorias do ACNUDH, Joanderson de Almeida; e o chefe da Seção, Herman Vales.